de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

8 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 2552/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 21 de Dezembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Agnaldo Timóteo Martinho da Fonseca, natural de Conceição, República Democrática de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade santomense, nascido em 22 de Novembro de 1972, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

8 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil

Despacho n.º 4427/2006 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Dezembro de 2005 do presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil:

António Carlos Ramos do Rosário, assistente administrativo principal do quadro de pessoal da ex-Delegação Distrital de Protecção Civil de Beja, do extinto Serviço Nacional de Protecção Civil — nomeado, em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, estagiário da carreira técnica superior, a partir de 12 de Dezembro de 2005, em exercício de funções com vista à reclassificação profissional na categoria de técnico superior de 2.ª classe da mesma carreira, para um lugar vago no quadro de pessoal do extinto Serviço Nacional de Bombeiros. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Janeiro de 2006. — O Presidente, *Manuel João Ribeiro*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 4428/2006 (2.ª série). — Considerando que o Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro dos Negócios Estrangeiros me está a coadjuvar de perto nos trabalhos conducentes à reorganização da administração central do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no qual se integra o Instituto Camões (ICA);

Considerando outras tarefas prioritárias que tenho presentemente entre mãos:

Determino:

1 — Delego no Subsecretário de Estado Adjunto do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Prof. Doutor Bernardo Ivo Cruz, na sua qualidade de meu adjunto, e ao abrigo do artigo 35.º, n.º 2, do Código do Procedimento Administrativo, de 1992, o exercício da competência que por lei me pertence em matéria de superintendência e tutela do Governo sobre o ICA.

2 — Se, no âmbito das atribuições do ICA, a lei submeter a decisão ministerial quaisquer actos que não sejam de administração ordinária, o Subsecretário Adjunto submeter-me-á tais actos para despacho.

3 — O presente despacho de delegação de poderes entra imediatamente em vigor. Após a sua publicação, considerar-se-ão automaticamente ratificados todos os actos praticados a partir de hoje, ao abrigo da presente delegação.

14 de Fevereiro de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

Departamento Geral de Administração

Despacho (extracto) n.º 4429/2006 (2.ª série):

Ana Lúcia de Oliveira Brigeiro, técnica superior de 2.ª classe do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal técnico superior, em regime de nomeação, mediante reclassificação, em comissão de serviço — despacho de 18 de Janeiro de 2006 nomeando-a definitivamente na referida categoria, no mesmo quadro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Janeiro de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Despacho (extracto) n.º 4430/2006 (2.ª série):

Jaime Van Zeller Leitão, conselheiro de embaixada do quadro 1 do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático — despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de 20 de Janeiro de 2006 nomeando-o encarregado da missão para a preparação da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia no 2.º semestre de 2007, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Janeiro de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Despacho (extracto) n.º 4431/2006 (2.ª série):

Virgílio José Rapaz, conselheiro técnico principal, a exercer funções na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, em Bruxelas, em regime de comissão de serviço — despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus de 28 de Dezembro de 2005 determinando o termo da referida comissão de serviço e a consequente cessação de funções na referida Representação Permanente, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Janeiro de 2006. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

Direcção-Geral de Política Externa

Despacho n.º 4432/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, nomeio a assistente administrativa especialista Fernanda Aurora Perdigão para exercer funções de secretariado.

O presente despacho produz efeitos a partir de 27 de Dezembro de 2005.

24 de Janeiro de 2006. — O Director-Geral, *Manuel Tomás Fernandes Pereira*.

Despacho n.º 4433/2006 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, exonero a assistente administrativa especialista Itália Vitória Milano Moraes Chantre das funções de secretariado desde 26 de Dezembro de 2005.

24 de Janeiro de 2006. — O Director-Geral, *Manuel Tomás Fernandes Pereira*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Portaria n.º 408/2006 (2.ª série). — Pela portaria n.º 1189/2001 (2.ª série), publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 158, de 21 de Junho de 2001, foi autorizada a cessão, a título definitivo, nos termos do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março, ao município de Cascais de uma parcela de terreno com a área de 3287 m², que faz parte integrante do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 180, secção 79, da freguesia de Carcavelos, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Cascais sob o n.º 02186/081091, da mesma freguesia, com a inscrição G-3, a favor do Estado, para construção do troço da estrada da Rebelva — nó com a variante à EN 6-7 da via longitudinal.

Pelo n.º 4 da referida portaria concedeu-se àquele município o prazo de dois anos para conferir ao prédio o fim de utilidade pública que justificou a cessão em causa, prazo esse que a citada autarquia solicitou que fosse prorrogado por motivos relacionados com a demora na obtenção das necessárias autorizações dos diferentes proprietários das parcelas de terreno expropriadas.

Assim:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, que seja prorrogado por 10 meses a contar da data da publicação da presente portaria o prazo para o município de Cascais conferir ao imóvel o fim que justificou a cessão, revertendo o prédio à posse do Estado, sem direito a qualquer indemnização por benfeitorias realizadas, se tal não acontecer ou se lhe for dado destino diverso daquele que fundamenta a cessão, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março.

2 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*.